

UMA ECONOMIA BASEADA NO CONHECIMENTO E NA INOVAÇÃO

a proposta de Centros de Recursos em Conhecimento

Nelson de Souza

Economista

Com esta intervenção, pretendemos contribuir com algumas ideias sobre as linhas gerais de uma política empresarial e tecnológica orientada para o favorecimento de actividades económicas portadoras de futuro, numa sociedade que se pretende que seja baseada no conhecimento, única via para um crescimento mais rápido da produção e da produtividade em Portugal. Esta mesma política deveria servir como pano de fundo para o desenho de novos programas de suporte ao desenvolvimento económico e empresarial, a co-financiar no âmbito do próximo período (2007-13) de programação dos fundos estruturais da UE.

Uma política empresarial e tecnológica necessita de uma sustentação em pilares sólidos, pelo que importa esclarecer a “racional” para a sua propositura. A razão de ser desta necessidade radica-se em duas convicções por nós partilhadas:

- primeiro, a de que as empresas e a economia portuguesa necessitam de desenvolver **esforços de inovação significativos, exigentes e complexos, num contexto de concorrência internacional acrescida;**
- segundo, a convicção de que, nas actuais circunstâncias, os **mecanismos de mercado não irão, por si sós, estimular e orientar o crescimento da nossa economia, no sentido e na velocidade desejados.**

Invocam-se assim, e uma vez mais, as *falhas de mercado* para sustentar a “racional” de uma política pública orientada para o desenvolvimento

empresarial e a inovação tecnológica. No entanto, e de forma a evitar erros do passado que se traduziram em *falhas de Estado*, importa tomar as medidas necessárias de prevenção ou minimização deste tipo de riscos.

Este tipo de cuidados, não deve conduzir a **políticas públicas fracas ou envergonhadas**. Nos tempos actuais e vindouros, **julgamos já não haver lugar para mais políticas públicas de “meias-tintas”**. Assegurados os mecanismos preventores de excessos de intervenção administrativa, entendemos que esta **política empresarial deverá ser consciente e plenamente assumida**, definindo **actuações selectivas e orientando a aplicação dos fundos públicos para as prioridades definidas**.

Uma última observação de carácter geral: não se pense que a política empresarial e tecnológica vai resolver, só pelo seu alcance próprio, os **problemas da competitividade do país**. Recorde-se que a competitividade resulta de uma realidade sistémica, isto é, há um conjunto muito diversificado de outras políticas e sistemas que também a determinam - **modelo de relacionamento Administração - Empresas, sistema de justiça, política de ambiente e defesa do consumidor, legislação de trabalho, fiscalidade, sistema de educação**, etc. É essencial que este tipo de políticas, objecto das já recorrentes reformas estruturais, sejam desenhadas e implementadas de forma a serem **amigas do espírito e da actividade empresarial**. Por outro lado, a própria política empresarial pode e deve incorporar outras dimensões, principalmente, a nível da acção regulamentar do Estado – a preservação intransigente da concorrência em mercados imperfeitos, sobretudo, no caso de infra-estruturas críticas para a sociedade baseada no conhecimento (ex: telecomunicações); a eliminação de obstáculos administrativos à criação e desenvolvimento das empresas, etc.

Uma política empresarial e tecnológica para Portugal nos próximos anos, não pode deixar de ter como preocupação central fazer com que o desenvolvimento

seja sustentado numa estratégia que leve o nosso país a aproximar-se de uma **sociedade baseada no conhecimento e na inovação**.

Como é sabido, a **cadeia de inovação desenvolve-se numa sequência de fases, iniciando-se com a produção ou aquisição de conhecimento, seguindo-se-lhe a sua transferência para as empresas tendo em vista a produção de novos bens e serviços ou adopção de novos processos produtivos**. Tendo em consideração esta cadeia, identificam-se como críticos os seguintes aspectos:

- primeiro, é fundamental **produzir o conhecimento susceptível de utilização na actividade produtiva, ou complementarmente, conhecer e ter acesso às suas fontes internacionais**;
- segundo, é necessário que esse **conhecimento seja transferido** para as empresas; Sublinha-se o papel das Redes Europeias na transferência do conhecimento e na difusão da informação.
- terceiro, que as **empresas revelem as capacidades necessárias para o transformar em inovação, através de novos serviços ou bens** colocados nos mercados, sendo crítica a existência de recursos humanos qualificados;
- e, por último, ter sempre em consideração que os **veículos fundamentais da produção, transferência e utilização do conhecimento são recursos humanos com elevada qualificação** ; como os especialistas sublinham, o conhecimento mais valioso (**conhecimento tácito, informal, em oposição ao conhecimento codificado, mais formalizado**) é o que **está embebido nas pessoas e nas organizações** e a sua posse por empresas, regiões ou nações, constituem vantagens competitivas num mundo concorrencial e moderno.

Muitas e diversificadas serão as **medidas de apoio** a integrar num futuro programa que suporte a política empresarial e tecnológica. Desde o **fomento de actividades de I&DT nas empresas portuguesas**, até a problemática do **financiamento de inovação**, passando por um forte incentivo ao desenvolvimento do **empreendedorismo e do espírito empresarial**, tudo terá de ser objecto de uma acção pública inteligente e mais eficiente, no âmbito de uma nova política empresarial e tecnológica..

Não será este o lugar mais apropriado para apresentar o detalhe das medidas de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. Não queríamos, no entanto, deixar de ilustrar o nosso pensamento com a propositura de uma medida concreta a integrar nesta estratégia.

Com este propósito, julgamos fazer sentido a criação de **uma rede nacional de suporte à inovação tecnológica constituída por “centros de recursos em conhecimento” (CRC)** que teria como missão fundamental sustentar o processo de inovação nas empresas.

Mais especificamente, a actividade destes **CRC** desenvolver-se-ia em três vectores de acção:

- **produzir ou aceder ao conhecimento necessário**, através da dinamização de actividades de I&D envolvendo centros de saber e empresas portuguesas; **inventariar e manter actualizada uma rede de fontes de conhecimento** na sua área de especialidade; assegurar **actividades de vigilância e “intelligence” tecnológicas**.
- **prospectivar, dinamizar e assegurar a oferta de recursos humanos qualificados** que na rede, e sobretudo nas empresas, possam ser os

agentes catalisadores do processo de inovação; inventariar as entidades formadoras de RH na área de conhecimento em causa.

- assegurar **acções de apoio tecnológico às PME** e favorecer a inserção de RH qualificados nas empresas portuguesas.

A linha mais recuada desta rede nacional de suporte à inovação deveria ser constituída por “**centros de recursos em conhecimento**” especializados nas tecnologias de uso mais horizontal :

- **tecnologias de informação e comunicação,**
- **tecnologias de materiais,**
- **biotecnologias**
- **tecnologias ambientais e energéticas.**

Estes CRC suportariam de forma directa as empresas nos seus processos de inovação, apoiando, paralelamente, o desenvolvimento de soluções por parte de outros centros de recursos em conhecimento especializados em determinados grupos de actividade.

Uma **segunda linha desta rede**, mais próxima das empresas, poderia ser constituída por “centros de recursos em conhecimento” especializados por indústrias agrupadas consoante os mercados finais. Poderiam ser criados CRC especializados em diversos agrupamentos de actividades produtivas, como por exemplo,

- “**indústrias da moda**” (ex: têxteis, calçado),
- “**indústrias de lazer e entretenimento**” (ex: turismo, actividades desportivas),
- “**indústrias da mobilidade**” (ex: transportes e logística, telecomunicações, automóvel),
- “**indústrias do habitat**” (ex: construção, cerâmicas),
- “**indústrias da saúde**” (ex: farmacêutica, unidades de saúde)

- “indústrias do mar” (ex: pescas, exploração de novos recursos marinhos).

Complementarmente poderiam ainda integrar esta linha avançada da rede de suporte “centros de recursos em conhecimento” com competências críticas para o desenvolvimento empresarial, como por exemplo, nos domínios da:

- “Moda e design”
- “Tecnologias de produção e de organização”
- “Métodos de gestão e produtividade”
- “Internacionalização empresarial”.

Um e o outro tipo de “centros de recursos em conhecimento” deveriam resultar de **parcerias público-privadas, possuir gestão empresarial profissionalizada e um sistema de financiamento estável, mas indutor do serviço permanente e de qualidade às empresas**. Complementarmente, os fundos públicos deveriam estimular a procura de serviços da rede por parte das empresas, através da comparticipação nos seus custos ou estimulando através de incentivos fiscais tais comportamentos. Estamos convictos, que os financiamentos públicos necessários, serão inferiores aos elevados montantes despendidos nas últimas décadas no desenvolvimento tecnológico e na formação profissional.

A criação desta **rede nacional de suporte à inovação deverá ter consequências profundas na actual estrutura institucional, através da reavaliação das missões de agências e outras instituições públicas ou de parcerias com o sector privado, no domínio da inovação tecnológica e da formação de recursos humanos**. Do lado das políticas tecnológicas, de entidades como o IAPMEI, a Agência de Inovação, a UMIC, o INETI, os centros, parques tecnológicos e outras instituições de interface “universidade-empresas”. Do lado da qualificação dos recursos humanos, de instituições como o IEFP, a rede de centros de formação profissional e as escolas tecnológicas e profissionais. Neste processo de reavaliação de missões e do

consequente reordenamento da estrutura institucional de apoio à inovação em Portugal, deveriam ser necessariamente envolvidos dois parceiros que se considera indispensáveis neste processo: as associações empresariais e as universidades e outros centros de saber. O desenho final da estrutura institucional da rede nacional de suporte à inovação adviria deste processo de reavaliação, devendo a solução organizativa corresponder à construção de uma nova realidade estratégica e organizativa com base na reestruturação e no reordenamento das estruturas existentes que, em muitos casos, foram criadas à luz de necessidades e realidades datadas no tempo.

Agora que foi sufragada uma opção política clara a favor de uma estratégia de desenvolvimento baseada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, o tempo é de acção. De uma acção inteligente e fundamentada, mas também um tempo de uma acção urgente e mobilizadora dos nossos recursos e do nosso conhecimento.